

Credores de olho nas estatais

Banqueiros só emprestam mais dinheiro com ações de garantia

Os banqueiros internacionais informaram ao governo brasileiro que poderão emprestar novos recursos ao País caso a receita das exportações não seja suficiente para pagar os juros da dívida externa. Entretanto, reivindicaram aumento das garantias reais, através da hipoteca das ações das empresas estatais, as maiores devedoras do sistema financeiro internacional.

O recado foi transmitido ao presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, pelos integrantes do comitê de assessoramento da dívida externa brasileira, chefiado pelo diretor do Citibank, William Rhodes. Os bancos fizeram essa proposta em resposta ao argumento do presidente do BC de que o governo brasileiro não está disposto a abrir mão de suas reservas para pagar os juros, caso a receita das exportações seja insuficiente.

Recursos externos existem com abundância, disse ontem uma fonte oficial, que achou natural o argumento dos bancos — "eles sempre falam isso quando o devedor vai buscar mais recursos, mas não significa necessariamente que o País tenha que ceder a essa pressão". O governo entende, diz a fonte oficial, que a garantia das reservas internacionais possibilita melhores condições de negociação".

Os banqueiros continuam resistindo à tese da capitalização dos juros. Os técnicos do Ministério da Fazenda e do Banco Central reuniram-se anteontem para avaliar os resultados da viagem do presidente do BC aos EUA e concluíram que será muito difícil tentar dobrar os bancos com tal proposta. E ponto pacífico o pagamento dos juros de maneira integral, pois os juros não pagos são considerados pela legislação norte-americana créditos em liquidação.

Além disso, os credores transmitiram o recado que se tivessem que abrir mão do pagamento de parcela dos juros seria inevitável estender o comportamento em relação a todos os credores. O Brasil não poderia dispor de privilégio especial em relação aos demais. Lemgruber apresentou sua proposta de capitalizar os juros sempre que a taxa de juros excede os 10%, mas não conseguiu sensibilizá-los. O governo, disse a fonte, acha que é preciso insistir na obtenção de melhores negociações, mas é preciso realismo. O máximo que ele deverá obter dos credores serão as "vantagens" obtidas pelo México — acordo plurianual de 15 anos para pagar, taxa de risco média de 1,125 e juros baseados na libor.

Por enquanto, o governo está interessado em realizar um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional, antes de qualquer acerto com os bancos, mas os contatos preliminares realizados por Lemgruber deixaram claro que não haverá maiores refreshes com a comunidade financeira internacional somente porque o País vive uma nova fase política e enfrenta a instabilidade relativa produzida pela doença do presidente Tancredo Neves.

PRESSÃO ANTIGA

Não é de agora que os banqueiros internacionais estão pressionando o governo brasileiro para obter garantias reais mais substantivas em relação a novos empréstimos. As empresas estatais terão que pagar aos bancos US\$ 30 bilhões até 1990 e os banqueiros estão temerosos de que dificilmente receberão no prazo acertado as amortizações e os juros. Por isso, insistem em obter como garantia real maior número de ações dessas empresas.

Quando esteve nos EUA, no ano passado, o ex-vice-presidente Aureliano Chaves manteve contato com a comunidade financeira internacional, em Nova Iorque, e recebeu dela o mesmo tipo de pressão. Os banqueiros disseram a ele que se o País precisasse de novos empréstimos não haveria maiores problemas desde que hipotecasse em favor das instituições financeiras as ações das empresas estatais — as mais rentáveis, evidentemente. Os banqueiros desejavam se garantir com as ações da Petrobras e Companhia Vale do Rio Doce, as duas estatais mais rentáveis, entre outras. Existe a preocupação da comunidade financeira com o retorno do capital aplicado na hidrelétrica de Itaipu, em torno de US\$ 13 bilhões. A recessão econômica nos últimos quatro anos colocou dificuldades ao programa energético implementado pelo governo com recursos externos e a lenta retomada da economia não abre maiores perspectivas para a rentabilidade do setor na velocidade exigida pelo vencimento dos compromissos financeiros assumidos com os bancos.

A insistência dos bancos internacionais em exigir como hipoteca as ações das estatais como condição para conceder novos empréstimos deverá levantar grandes resistências, particularmente entre os militares. O ex-presidente Geisel reagiu energicamente à pretensão dos banqueiros, segundo disse o ex-vice-presidente e hoje ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. Chaves, após entrevistar-se com Geisel, disse que o governo não pode de forma nenhuma permitir a alienação de um patrimônio que é da Nação.

Os bancos, agora, diante das dificuldades de o governo honrar seus compromissos externos, com as exportações cadentes, voltam à carga com a nova administração. Os técnicos do governo estão tentando minimizar o assunto, dizendo que essas pressões são normais, pois os bancos sempre procuram trabalhar com garantias reais seguras. Mas, o fato é que — como a própria fonte oficial admite — a proposta dos credores enfrentará uma realidade política nova. O Congresso, para onde os problemas econômicos tendem a ser encaminhados para discussão, poderá reagir desfavoravelmente à medida, deixando o governo em posição delicada, de não ter condições de pedir novos recursos, por não dispor de garantias.

JUROS INTERNOS

Não existe a menor ilusão, no Ministério da Fazenda, de que as taxas de juros cairão no mercado interno nos próximos meses. As medidas de redução da demanda global — cortes nos gastos, suspensão das contratações de funcionários, dos empréstimos dos bancos oficiais, controle fiscal e monetário — adotadas para tentar evitar que se repetisse no Brasil o que aconteceu na Argentina, onde a inflação quase atingiu 900% em 12 meses — trarão como consequência inevitável o aumento da taxa de juros, pois haverá maior escassez da liquidez.

O governo acha também que não tem condições de esperar uma queda das taxas por não ter recebido do governo anterior o encaminhamento da renegociação da dívida externa. Se isso tivesse ocorrido, disse a fonte oficial, seria mais fácil negociar com os bancos nacionais uma forma "amigável" de forçar uma queda das taxas. A intransigência e a incerteza quanto ao que ocorrerá com a renegociação da dívida externa lança maiores dificuldades em relação ao custo do dinheiro.